

Complexo
Morrinhos Energias
Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em
31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas das demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A. Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para ressarcimento

Notas explicativas 6 (f) e 13 (i) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia elétrica é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento, tomando como base as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.</p> <p>A provisão de ressarcimento é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida (“constrained-off”), em função do não cumprimento da entrega de energia ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.</p> <p>Consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa que podem impactar relevantemente a mensuração da provisão para ressarcimento nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da provisão para ressarcimento de geração energia elétrica contratual.- análise dos dados utilizados na determinação da estimativa da provisão de ressarcimento de geração energia elétrica contratual, especificamente:<ul style="list-style-type: none">• os dados da apuração da carga de energia gerada e entregue;• os registros de ressarcimento anual e quadrienal realizados pela Companhia junto ao Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), visando determinar o percentual de aplicação de geração frente ao volume e montante contratado pactuado entre as partes;• as correspondências encaminhadas pelo Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS, demonstrando a quantidade de energia restringida. <p>Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão matemática dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos de provisão para ressarcimento com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria, assim como, a segregação de curto e longo prazo.</p> <p>Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração da provisão de ressarcimento de geração energia elétrica contratual, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 14 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023		
Ativo						Passivo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	120.162	121.113	229.575	239.718	Fornecedores	13	-	13	879	2.484
Contas a receber de clientes	8	-	-	20.605	22.887	Provisões	13	-	-	85.421	12.842
Dividendos a receber	9	10.188	6.022	-	-	Financiamentos	14	-	-	32.437	334.781
Adiantamentos a fornecedores		4	4	11.845	8.775	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	532	666
Despesas antecipadas		-	331	583	834	Debêntures a pagar	14	23.962	86.108	23.962	86.108
Tributos e contribuições a compensar		2.454	398	4.038	1.520	Adiantamento de clientes		-	-	101	101
Outros ativos		-	-	14.065	18.056	Dividendos a pagar	9	9.413	2.386	9.413	2.386
Total do ativo circulante		132.807	127.867	280.711	291.789	Contas a pagar à partes relacionadas	9	2.669	7.058	2.669	7.058
Contas a receber de partes relacionadas	9	6.301	6.069	-	-	Obrigações fiscais		105	6	913	937
Aplicações financeiras vinculadas	10	2	2	45.832	36.057	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	1.393	1.261
Investimentos	11	568.156	536.776	-	-	Total do passivo circulante		36.162	95.570	157.721	448.625
Imobilizado	12	-	-	714.610	701.034	Provisões	13	-	-	4.280	60.269
Total do ativo não circulante		574.459	542.847	760.443	737.091	Financiamentos	14	-	-	276.570	-
						Debêntures a pagar	14	52.331	-	52.331	-
						Contas a pagar à partes relacionadas	9	69.848	56.438	-	-
						Tributos diferidos		-	-	1.327	1.281
						Total do passivo não circulante		122.179	56.438	334.508	61.550
						Capital social		401.183	401.183	401.183	401.183
						Reserva legal		9.679	7.697	9.679	7.697
						Reserva de lucros		138.063	109.825	138.063	109.825
						Total do patrimônio líquido	15	548.925	518.705	548.925	518.705
Total do ativo		707.266	670.714	1.041.154	1.028.880	Total do passivo e patrimônio líquido		707.266	670.714	1.041.154	1.028.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Receita líquida de venda de energia	16	-	-	153.513	134.807
Custo da geração de energia	17	-	-	(76.064)	(75.537)
Lucro bruto		-	-	77.449	59.270
Despesas gerais e administrativas	17	(273)	(116)	(4.738)	(4.035)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(636)	(10)	(1.890)	(1.465)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(909)	(126)	70.821	53.770
Despesas financeiras	18	(14.562)	(13.749)	(49.954)	(51.536)
Receitas financeiras	18	13.536	224	29.795	19.632
Resultado financeiro		(1.026)	(13.525)	(20.160)	(31.904)
Resultado de equivalência patrimonial	11	41.568	23.697	-	-
Resultado antes dos impostos		39.633	10.046	50.661	21.866
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	-	(11.007)	(11.930)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	(21)	110
Lucro líquido do exercício		39.633	10.046	39.633	10.046
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,1085	0,0275	0,1085	0,0275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	39.633	10.046	39.633	10.046
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>39.633</u>	<u>10.046</u>	<u>39.633</u>	<u>10.046</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>281.183</u>	<u>7.195</u>	<u>102.667</u>	<u>-</u>	<u>391.045</u>
Integralização de capital	15.a	120.000	-	-	-	120.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.046	10.046
Constituição da reserva	15.b	-	502	-	(502)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(2.386)	(2.386)
Retenção de lucros	15.d	-	-	7.158	(7.158)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>401.183</u>	<u>7.697</u>	<u>109.825</u>	<u>-</u>	<u>518.705</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	39.633	39.633
Constituição da reserva	15.b	-	1.982	-	(1.982)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(9.413)	(9.413)
Retenção de lucros	15.d	-	-	28.238	(28.238)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>401.183</u>	<u>9.679</u>	<u>138.063</u>	<u>-</u>	<u>548.925</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		39.633	10.046	39.633	10.046
Ajustes para:					
Resultado de equivalência patrimonial	11	(41.568)	(23.697)	-	-
Depreciação e amortização	12	-	-	32.936	32.470
Juros e variações monetárias	14	10.283	11.193	40.993	44.875
Amortização de custos de transação	14	845	845	1.430	1.430
Provisão ressarcimento	13	-	-	21.283	31.805
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	-	11.007	11.930
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	21	(110)
		9.193	(1.613)	147.304	132.446
Variações em:					
Contas a receber de clientes		-	-	2.281	581
Adiantamentos a fornecedores		-	-	(3.070)	794
Despesas antecipadas		331	(259)	250	(262)
Tributos e contribuições a compensar		(2.056)	(10)	(2.518)	(344)
Outros ativos		-	-	3.991	(10.929)
Partes relacionadas	9	8.789	20.537	(4.389)	4.810
Fornecedores		-	(49)	(1.605)	1.679
Provisões	13	-	-	(4.693)	(9.223)
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	(134)	221
Obrigações fiscais		100	6	(3.000)	(2.927)
Tributos diferidos		-	-	25	(130)
Caixa proveniente das atividades operacionais		16.356	18.612	134.442	116.716
Impostos pagos sobre o lucro		-	-	(7.899)	(8.735)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		16.356	18.612	126.544	107.981
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Dividendos recebidos		6.022	9.206	-	-
Aquisição de imobilizado	12	-	-	(46.513)	(34.453)
Baixa de intangível		-	31	-	31
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		6.022	9.237	(46.513)	(34.422)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:					
Aplicações financeiras vinculadas		-	(1)	(9.775)	2.471
Dividendos pagos		(2.386)	(7.315)	(2.386)	(7.315)
Integralização de capital	15	-	120.000	-	120.000
Pagamento de principal de financiamentos	14	(14.791)	(12.748)	(43.759)	(39.143)
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(6.152)	(6.776)	(34.253)	(37.021)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		(23.329)	93.160	(90.174)	38.992
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(951)	121.010	(10.143)	112.551
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		121.113	103	239.718	127.170
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		120.162	121.113	229.575	239.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A. (“Complexo Morrinhos” ou “Companhia”, com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 8 de agosto de 2014. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”) e tem como objeto social a exploração de atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica bem como comercialização dos créditos derivados da redução de emissões de carbono.

O Grupo está focado no desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, como parques eólicos. As companhias controladas diretamente pelo Grupo são:

	Participação acionária %	
	2024	2023
Andorinha Energias Renováveis S/A.	100%	100%
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	100%	100%
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	100%	100%
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	100%	100%
Sertão Energias Renováveis S/A.	100%	100%
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A.	100%	100%

A Andorinha, Campo Formoso II, Morrinhos, Sertão e Campo Formoso I foram vencedoras do Leilão de Energia A-5 de 2011 e Ventos dos Guarás I foi vencedora do Leilão de Energia A-3 de 2013. As companhias assinaram contrato de fornecimento de energia por um período de 20 anos. As características estão apresentadas a seguir:

Projeto	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Ventos da Andorinha	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	498	13/09/2012	13/09/2047	15,9	17,9	17,9
Ventos de Campo Formoso I	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	497	13/09/2012	13/09/2047	15,5	16,9	16,9
Ventos de Campo Formoso II	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	493	06/09/2012	06/09/2047	15,5	17,8	17,8
Ventos de Morrinhos	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	499	13/09/2012	13/09/2047	15,0	17,1	17,1
Ventos do Sertão	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	500	13/09/2012	13/09/2047	12,7	14,8	14,8
Ventos de Guarás I	30	A-3 2013	G97-2MW-HH78m	254	05/06/2014	05/06/2049	15,5	17,0	15,7

A Complexo Morrinhos possui como acionista e controladora a Atlantic Energias Renováveis S.A., que possui relevante experiência complementar em diferentes setores, destacando-se: engenharia, infraestrutura e energia renovável, incluindo energia eólica, o que agrega significativo valor no desenvolvimento dos projetos.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 14 de março de 2025. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de financiamentos conforme os prazos divulgados na nota explicativa 14.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu um lucro líquido de R\$ 39.633 (R\$ 10.046 em 2023) e os ativos circulantes excedem os passivos circulantes em R\$ 122.990 em 2024 (os passivos circulantes excediam os ativos circulantes em R\$ 156.836 em 2023 devido a reclassificação das dívidas para o passivo circulante conforme nota explicativa 14).

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para o Grupo CGN Brasil, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 12** - Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota explicativa 13** - Provisões para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades investidas nas quais a Companhia está exposta ou detém o direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento, e ainda quando a Companhia possui a habilidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido na entidade investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, observando-se o percentual de participação societária.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em participações em sociedades controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas do Grupo são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida por suas controladas é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 – i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

d. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2024 e 2023, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	2024
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	3%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Classe de imobilizado	2023
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

g. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

i. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros - classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.

Mantido para recebimento e venda A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.

Mantido para negociação A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento

por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida patrimoniais a VJORA e A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

- **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
- **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Mudança nas políticas contábeis materiais

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 18 (R3) em conjunto com o ICPC 09 - Propõe ajustes de redação e atualização de referências normativas com os padrões internacionais do IASB;
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02) - Definição do conceito de moeda conversível e estabelece procedimentos para o tratamento de moedas não conversíveis;
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	53	5	422	361
Aplicações financeiras (i)	120.107	121.108	229.153	239.357
	120.162	121.113	229.575	239.718

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

- (i) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual e no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual e no Banco Santander foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes (consolidado)

	2024	2023
Contas a receber	20.605	22.887
	20.605	22.887

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2024 e com vencimento em janeiro de 2025.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Controladora

	2024	2023
Ativo circulante		
Andorinha Energias Renováveis S/A. (c)	2.319	1.902
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A. (c)	1.511	714
Morrinhos Energias Renováveis (c)	2.648	1.773
Sertão Energias Renováveis S/A. (c)	2.057	1.397
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A. (c)	1.652	236
	10.188	6.022
Ativo não circulante		
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A. (b)	6.301	6.069
	6.301	6.069
	2024	2023
Passivo circulante		
Atlantic Energias Renováveis S/A. (a)	2.669	7.058
Atlantic Energias Renováveis S/A. (c)	9.413	2.386
	12.082	9.444
Passivo não circulante		
Andorinha Energias Renováveis S/A (b)	14.152	11.470
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A. (b)	13.112	10.430
Morrinhos Energias Renováveis (b)	16.008	13.326
Sertão Energias Renováveis S/A. (b)	13.117	10.435
Ventos dos Guaras I Energias Renováveis S/A. (b)	13.459	10.777
	69.848	56.438

- (a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.
- (b) Os saldos de contas a receber e contas a pagar à partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado.
- (a) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber e a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente.

As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Consolidado

	2024	2023
Passivo circulante		
Atlantic Energias Renováveis S/A. (a)	2.669	7.058
Atlantic Energias Renováveis S/A. (c)	9.413	2.386
	12.082	9.444

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os anos de 2024 e 2023 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)

	2024	2023
Aplicações financeiras vinculadas	45.832	36.057
	45.832	36.057

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 14).

Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Itaú e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES.

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Investimentos (controladora)

11.1 Informações das empresas controladas

	2024				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro (prejuízo)
Controladas					
Andorinha Energias Renováveis S/A.	176.996	72.362	104.634	25.150	9.765
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	148.327	74.112	74.215	23.966	6.364
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	162.257	71.302	90.955	27.316	(1.327)
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	168.822	66.848	101.973	26.516	11.151
Sertão Energias Renováveis S/A.	158.899	60.402	98.497	23.570	8.659
Ventos dos Guaras I Energias Renováveis S/A.	173.080	75.198	97.882	26.994	6.957
	988.381	420.225	568.156	153.513	41.569

Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2024

2023					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro (prejuízo)
Controladas					
Andorinha Energias Renováveis S/A.	169.015	1.827	97.189	24.009	8.006
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	144.524	75.162	69.362	21.115	3.008
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	165.311	73.029	92.282	24.952	(1.659)
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	162.781	69.310	93.471	22.838	7.463
Sertão Energias Renováveis S/A.	153.841	61.949	91.894	20.897	5.883
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A.	167.999	75.421	92.577	20.997	995
	963.471	426.695	536.776	134.807	23.697

11.2 Participações em empresas controladas

Os investimentos e as respectivas movimentações nas controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, estão demonstrados abaixo:

2024					
		Saldo inicial	Dividendos (*)	Equivalência patrimonial	Saldo final
Andorinha Energias Renováveis S/A.	100%	97.189	(2.319)	9.765	104.634
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	100%	69.362	(1.511)	6.364	74.215
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	100%	92.282	-	(1.327)	90.955
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	100%	93.471	(2.648)	11.151	101.973
Sertão Energias Renováveis S/A.	100%	91.894	(2.057)	8.659	98.497
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A.	100%	92.577	(1.652)	6.957	97.882
		536.776	(10.188)	41.569	568.156

2023					
		Saldo inicial	Dividendos (*)	Equivalência patrimonial	Saldo final
Andorinha Energias Renováveis S/A.	100%	91.084	(1.901)	8.006	97.189
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	100%	67.068	(714)	3.008	69.362
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	100%	93.941	-	(1.659)	92.282
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	100%	87.780	(1.772)	7.463	93.471
Sertão Energias Renováveis S/A.	100%	87.409	(1.397)	5.883	91.894
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A.	100%	91.819	(236)	995	92.577
		519.101	(6.022)	23.697	536.776

(*) Os dividendos recebidos são apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa das atividades de investimento em função dos retornos sobre estes investimentos.

12 Imobilizado (consolidado)

(i) Composição do saldo

	2024			2023
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Móveis e utensílios	42	(23)	18	25
Equipamentos de informática	519	(293)	226	301
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.489	(1.157)	3.332	3.131
Sistema de geração	972.599	(274.633)	697.966	681.225
Sistemas de transmissão e conexão	1.288	(380)	908	962
Peças de manutenção	-	-	-	3.443
Imobilizado em andamento	12.160	-	12.160	11.947
	991.097	(276.486)	714.610	701.034

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2023	Movimentação em 2024			Saldo em 2024
		Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	44	-	(2)	-	42
Equipamentos de informática	511	7	-	-	519
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.138	351	-	-	4.489
Sistema de geração	923.212	49.402	(15)	-	972.599
Sistemas de transmissão e conexão	1.288	-	-	-	1.288
Peças de manutenção	3.443	-	(3.443)	-	-
Imobilizado em andamento	11.947	213	-	-	12.160
	944.584	49.973	(3.461)	-	991.097

	Saldo em 2022	Movimentação em 2023			Saldo em 2023
		Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	44	-	-	-	44
Equipamentos de informática	244	131	-	136	511
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.112	26	-	-	4.138
Sistema de geração	895.755	27.457	-	-	923.212
Sistemas de transmissão e conexão	1.288	-	-	-	1.288
Peças de manutenção	3.443	-	-	-	3.443
Imobilizado em andamento	5.245	6.838	-	(136)	11.947
	910.130	34.453	-	-	944.584

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2023	Movimentação em 2024			Saldo em 2024
		Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	(19)	(4)	-	-	(23)
Equipamentos de informática	(211)	(82)	-	-	(293)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(1.007)	(150)	-	-	(1.1157)
Sistema de geração	(241.987)	(32.646)	-	-	(274.663)
Sistemas de transmissão e conexão	(326)	(54)	-	-	(380)
	(243.550)	(32.936)	-	-	(276.486)

	Saldo em 2022	Movimentação em 2023			Saldo em 2023
		Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	(15)	(4)	-	-	(19)
Equipamentos de informática	(142)	(69)	-	-	(211)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(879)	(128)	-	-	(1.007)
Sistema de geração	(209.772)	(32.215)	-	-	(241.987)
Sistemas de transmissão e conexão	(272)	(54)	-	-	(326)
	(211.080)	(32.470)	-	-	(243.550)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) Consolidado

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2024, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 9,91% a.a. (8,93% a.a. em 2023), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC).

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

13 Provisões

(i) Provisão para ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida (“constrained-off”), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x	
	Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo.

Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida (“constrained-off”) em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de “constrained-off” de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício.

A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	50.529	
Constituição		31.805
Baixa		(9.223)
		<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	73.111	
Constituição		21.283
Baixa		(4.693)
		<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	89.701	
	2024	2023
Provisão para ressarcimento curto prazo	85.421	12.842
Provisão para ressarcimento longo prazo	4.280	60.269
	<hr/>	<hr/>
	89.701	73.111
	<hr/>	<hr/>

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados.

Adicionalmente, será facultado às Controladas apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, “são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade”; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências

Suportada pelos advogados que assessoram a Companhia, a Administração concluiu que as chances de perda no final do processo são avaliadas como "possível", totalizando o montante de R\$ 223 em 2024 (R\$ 269 em 2023).

14 Financiamentos e debêntures a pagar (consolidado)

Companhia	Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2024	2023
Andorinha Energias Renováveis S/A.	BNDES (a)	TJPL + 2,45%	15/02/2032	36.429	39.691
Andorinha Energias Renováveis S/A.	BNDES (b)	TJPL + 4,15%	15/02/2032	15.458	16.746
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	BNDES (c)	TJPL + 2,45%	15/04/2032	36.301	39.447
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	BNDES (d)	TJPL + 4,15%	15/04/2032	16.195	17.497
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	BNDES (e)	TJPL + 2,45%	15/03/2032	36.030	39.204
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	BNDES (f)	TJPL + 4,15%	15/03/2032	16.075	17.391
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	BNDES (g)	TJPL + 2,45%	15/03/2032	35.153	38.250
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	BNDES (h)	TJPL + 4,15%	15/03/2032	15.624	16.903
Sertão Energias Renováveis S/A.	BNDES (i)	TJPL + 2,45%	15/04/2032	30.804	33.473
Sertão Energias Renováveis S/A.	BNDES (j)	TJPL + 4,15%	15/04/2032	13.742	14.847
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A.	BNDES (k)	TJPL + 2,45%	15/10/2032	42.680	46.035
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A.	BNDES (l)	TJPL + 4,15%	15/10/2032	18.832	20.198
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A.	Debêntures (m)	IPCA + 7,0602%	15/12/2027	78.758	89.418
	Custos com a captação			(6.781)	(8.211)
				385.300	420.889
Passivo circulante				56.399	420.889
Passivo não circulante				328.901	-

Conforme item 14.2.1, diante da apuração de índice anual inferior a 1,20 conforme previsto em contrato junto ao BNDES e Debentures e de não ter obtido o *waiver* dos credores até 31/12/2023, as dívidas foram reclassificadas para o passivo circulante exclusivamente para apresentação em conformidade com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

- (a) A Controlada Andorinha Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 62.142, com vencimento final para fevereiro de 2032.
- (b) A Controlada Andorinha Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R\$ 25.579, com vencimento final para fevereiro de 2032.

Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2024

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(c) A Controlada Campo Formoso I Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 58.514, com vencimento final para abril de 2032.

(d) A Controlada Campo Formoso I Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R\$ 25.077, com vencimento final para abril de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(e) A Controlada Campo Formoso II Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 58.414, com vencimento final para março de 2032.

(f) A Controlada Campo Formoso II Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R\$ 25.035, com vencimento final para março de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(g) A Controlada Morrinhos Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 56.378, com vencimento final para março de 2032.

(h) A Controlada Morrinhos Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R\$ 24.162, com vencimento final para março de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(i) A Controlada Sertão Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 49.630, com vencimento final para abril de 2032.

(j) A Controlada Sertão Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R\$ 21.270, com vencimento final para abril de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(k) A Controlada Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 61.608, com vencimento final para outubro de 2032.

(l) A Controlada Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R\$ 26.403, com vencimento final para outubro de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(m) A Controlada Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A: em 10 de abril de 2017 foi assinado Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples contendo 102.500 debêntures ao valor de R\$ 1,00 não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento final para dezembro de 2027.

Garantias: garantias reais e fidejussória adicional.

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2025	23.962	56.399
2026 a 2028	52.331	164.518
2029 a 2031	-	145.631
2032 a 2034	-	18.752
Total	76.293	385.300

14.1 Movimentação (consolidado)

	2024	2023
Saldo inicial	420.889	450.749
Pagamento de juros	(34.253)	(37.021)
Pagamento de principal	(43.759)	(39.143)
Despesas com juros	40.993	44.875
Custos de captação amortizados	1.430	1.429
Saldo final	385.300	420.889

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

14.2 Covenants

O Grupo contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

14.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e Debêntures

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou um índice anual inferior a 1,20, excedendo Cláusula Restritiva do referido contrato e, antes da emissão das demonstrações financeiras, para as dívidas contraídas com o BNDES, o grupo obteve *waiver* dos bancos credores, condicionado também à aprovação dos debenturistas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou um índice anual igual ou superior de 1,20 e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato.

14.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 401.183, dividido em 365.340.698 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionista	2024	2023
Atlantic Energias Renováveis S/A. ("Atlantic")	401.183	401.183

Em dezembro de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 120.000, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data.

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. (“Grupo CGN Brasil”).

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	<u>39.633</u>	<u>10.046</u>
Constituição de reserva legal - 5%	1.982	502

c. Dividendos

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	39.633	10.046
Constituição de reserva legal - 5%	<u>(1.982)</u>	<u>(502)</u>
	37.651	9.544
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>(9.413)</u>	<u>(2.386)</u>
Lucros retidos	<u>28.238</u>	<u>7.158</u>

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Lucro básico e diluído

Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

16 Receita líquida de venda de energia (consolidado)

	2024	2023
Receita bruta venda de energia	181.413	172.924
(-) Ressarcimento de energia ⁽¹⁾	(21.283)	(31.805)
(-) PIS e COFINS	<u>(6.617)</u>	<u>(6.312)</u>
	<u>153.513</u>	<u>134.807</u>

⁽¹⁾ Vide nota explicativa 13(i).

17 Gastos por natureza (consolidado)

	2024	2023
Custo da geração de energia	(76.064)	(75.537)
Despesas gerais e administrativas	(4.738)	(4.035)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(1.890)</u>	<u>(1.465)</u>
	<u>(82.692)</u>	<u>(81.037)</u>
Encargos de transmissão e conexão	(12.906)	(12.477)
Compra de energia	(2.426)	(4.482)
Liquidação financeira negativa – CCEE	(3.980)	(616)
Despesa com pessoal	(4.817)	(4.659)
Serviços de terceiros	(5.766)	(9.763)
Depreciação	(32.936)	(32.470)
Arrendamento	(2.488)	(2.455)
Manutenção	(7.478)	(7.032)
Aluguel	(647)	(701)
Materiais	(4.999)	(3.031)
Outras despesas administrativas	(1.722)	(1.514)
Viagens e estadias	(263)	(331)
Outros	<u>(2.264)</u>	<u>(1.506)</u>
	<u>(82.692)</u>	<u>(81.037)</u>

18 Resultado financeiro (consolidado)

	2024	2023
Despesas bancárias	(1.140)	(1.109)
IOF	(1.018)	(28)
Juros de financiamentos	(40.993)	(44.875)
Amortização do custo de captação	(1.430)	(1.430)
Juros e multa de mora	(383)	(196)
Custo da estruturação da dívida	(4.485)	(3.248)
Outras despesas financeiras	(504)	(650)
Total das despesas financeiras	<u>(49.954)</u>	<u>(51.536)</u>
Receita de aplicação financeira	29.393	19.596
Outras receitas financeiras	402	36
Total das receitas financeiras	<u>29.795</u>	<u>19.632</u>
Resultado financeiro	<u>(20.160)</u>	<u>(31.904)</u>

19 Imposto de renda e contribuição social (consolidado)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2024	2023
Receitas com vendas de energia (*)	180.749	176.500
Outras receitas	16.259	19.407
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	30.892	33.648
Base de cálculo CSLL 12% (*)	38.093	40.688
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	8.062	8.709
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	2.945	3.221
Imposto de renda e contribuição social	11.007	11.930
<i>Taxa efetiva</i>	<i>15,96%</i>	<i>16,05%</i>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	21	(110)

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.

(**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

20 Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração do Grupo.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos, debêntures e fornecedores.

	Consolidado			
	2024		2023	
	Valor contábil Custo amortizado (*)	Valor justo Nível 2	Valor contábil Custo amortizado (*)	Valor justo Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	422	-	361	-
Aplicações financeiras	-	229.153	-	239.357
Contas a receber de clientes	20.605	-	22.887	
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	-	45.832	-	36.057
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	879	-	2.484	-
Financiamentos (nota 14)	32.437	-	334.781	-
Debêntures (nota 14)	23.962	-	86.108	-
Partes relacionadas (nota 9)	12.082	-	9.444	-
Não circulante				
Financiamentos (nota 14)	276.570	-	-	-
Debêntures (nota 14)	52.331	-	-	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

- **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
- **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
- **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses

preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos (consolidado)

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos do Grupo.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração do Grupo mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos do Grupo.

Para mitigar o risco de crédito, o Grupo efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito do Grupo:

	Valor contábil	
	2024	2023
Aplicações financeiras	229.153	239.357
Aplicações financeiras vinculadas	45.832	36.057
Contas a receber de clientes	20.605	22.887

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez do Grupo:

	Valor contábil	
	2024	2023
Financiamentos	309.007	334.781
Debêntures a pagar	76.293	86.108
Fornecedores	879	2.484

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2024	2023
Ativo		
Aplicações financeiras	229.153	239.357
Aplicações financeiras vinculadas	45.832	36.057
	274.985	275.414
Passivo		
Financiamentos	309.007	334.781
Debêntures a pagar	76.293	86.108

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, da TJLP e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2024

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	274.985	Redução do CDI (*)	25.058	16.705
Financiamentos	309.007	Aumento da TJLP (**)	28.699	34.439
Debêntures	76.293	Aumento do IPCA (**)	4.606	5.527

(*) Os índices de CDI considerados foram de 12.15% a.a.

(**) Os índices de TJLP e IPCA considerados foram de 7,43% a.a. e 4,83% a.a. respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2023

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	275.414	Redução do CDI (*)	24.064	16.043
Financiamentos	334.781	Aumento da TJLP (**)	27.326	32.792
Debêntures	86.108	Aumento do IPCA (**)	4.198	5.037

(*) Os índices de CDI considerados foram de 11.65% a.a.

(**) Os índices de TJLP e IPCA considerados foram de 6,53% a.a. e 3,90% a.a. respectivamente.

* * *

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Fengshou Wang
Diretor

Raffael Ubarana Mohamed
Contador CRC RJ – 077398/O